



CARTA DE RORAIMA

**UM OLHAR AMAZÔNICO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
PROMOÇÃO DA CIDADANIA EM RORAIMA**

JANEIRO/2023

APRESENTAÇÃO

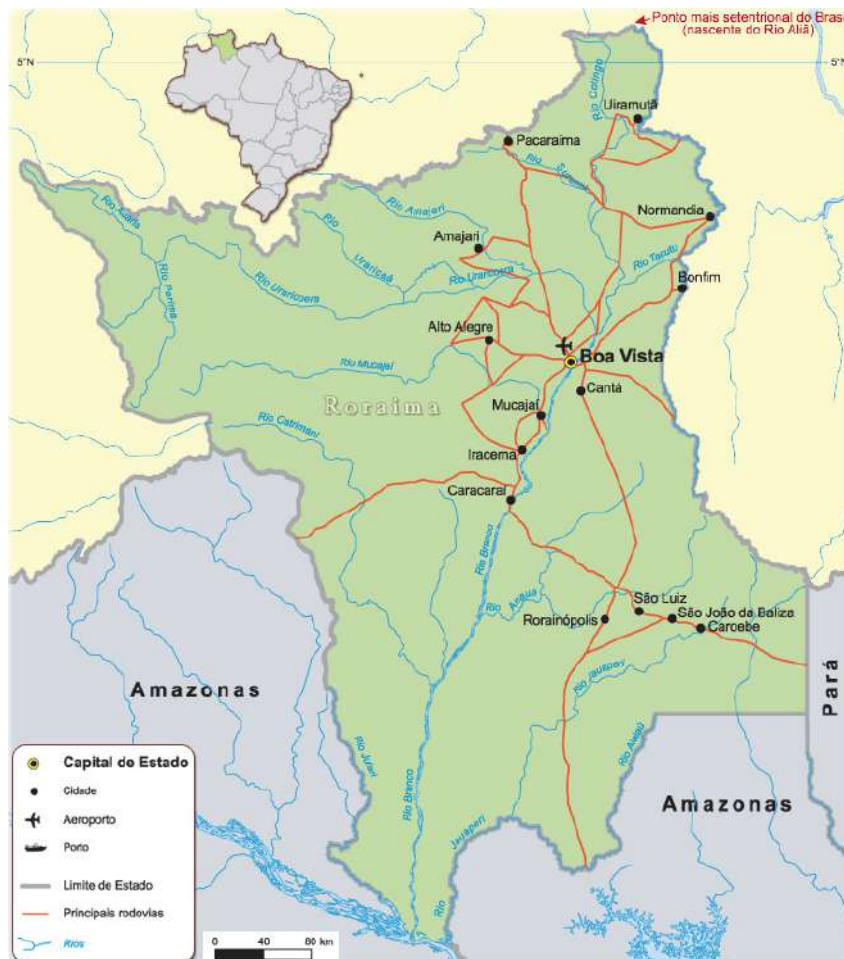
A CARTA DE RORAIMA é o resultado das discussões iniciadas pelo Fórum Regional Popular de Roraima/FRP, que vem reunindo militantes de Partidos Políticos da esquerda, centro e centro-esquerda, bem como de Organizações de Movimentos Sociais, populares e demais representantes da sociedade civil em atuação no Estado de Roraima, para discussão e promoção de alternativas às políticas dominantes na região, em especial as chamadas de “neoliberais”, visando promover a integração regional e latino-americana no âmbito econômico, político, ambiental e cultural.



Fonte: <https://boavista.rr.gov.br/turismo>

Nesse início do Governo Lula, o FRP, através dessa Carta, pretende iniciar um processo de contribuição teórica e prática, de forma a levantar alternativas e possibilidades de enfrentamento aos graves problemas que o Estado de Roraima vem passando em diversas áreas.

Como resultado das discussões apresentamos propostas acerca dos diversos temas advindos dos grupos temáticos, e nesta carta foram compiladas propostas num primeiro momento nas áreas de “**Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Cultura, Desenvolvimento Regional, Educação, Igualdade Racial, Infraestrutura, Justiça e Segurança Pública, Meio Ambiente e Saúde**”, e esperamos dessa forma contribuir com as políticas públicas a serem implementadas pelo Governo Federal no Estado Roraima



Fonte: <https://www.guiageo.com/roraima>.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	4
2. CULTURA	6
3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	7
4. EDUCAÇÃO	11
5. IGUALDADE RACIAL	12
6. INFRAESTRUTURA	13
7. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	15
8. MEIO AMBIENTE	18
9. SAÚDE	20
ORGANIZADORES	25
APOIO	28
ASSINAM ESTA CARTA	29

1. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME



FONTE: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/29/> Foto: Caíque Rodrigues

A fome assola boa parte da população de Roraima, situação que se agravou com a forte migração de Venezuelanos em busca de dias melhores, fruto dos problemas sociais e econômicos potencializados pelo embargo econômico estadunidense a República Bolivariana da Venezuela.

Não obstante a imigração, a situação de dificuldades e passivo social atinge também os brasileiros, e hoje, cerca de 46%, segundo último levantamento da PNAD/IBGE, da população de Roraima vive em situação de restrição alimentar, sendo que 10% vivem na extrema pobreza.

No último ano, a população pobre em Roraima, segundo a Fundação Getúlio Vargas/FGV, avançou 2,6 pontos e chegou a 46,16% dos roraimenses. O cálculo, feito com base na PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, revela que milhares de famílias vivem com menos de R\$500 por mês, dependendo de doações e de ONGs para se alimentar.

Roraima, ocupa a 11ª posição no ranking das regiões mais pobres do Brasil, mas ao se analisar os municípios do interior o índice dispara a 59%. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, 39% dos roraimenses vivem em insegurança alimentar, entre leve (23,6%), moderada (6,7%) e grave (9,2%), demonstrando que a realidade local de desamparo social e econômico é uma realidade nacional, onde, a falta de comida já afeta a mesa de mais de 33 milhões de brasileiros e fez com que o país voltasse ao Mapa da Fome pela ONU.

A Operação Acolhida é uma operação brasileira deflagrada pelo Governo Federal em articulação com Organismos Internacionais e Organização Sociais Nacionais e Internacionais, coordenada pelo Exército Brasileiro desde fevereiro de 2018 que visa proteger os venezuelanos que atravessam a fronteira, prestando auxílio humanitário aos imigrantes em situação de vulnerabilidade, refugiados da crise política, institucional e socioeconômica que acomete a República

Bolivariana da Venezuela. Desta forma, sugerimos que seja repensada a estrutura da Operação Acolhida, principalmente nos seguintes pontos:

- Que o suporte de pessoas, nos abrigos existentes, seja consolidado com pessoas da cidade de Boa Vista e os próprios imigrantes, fortalecendo a renda das famílias, devendo ser cessado o envio de militares de outros Estados para gerenciamento dos abrigos;

- Que a aquisição de frutas, legumes, pescados e verduras para alimentação das pessoas abrigadas sejam realizadas diretamente da agricultura familiar e produtores locais do Estado de Roraima;

- Reconhecimento a cada ano de todo imigrante venezuelano e haitiano com residência ou refúgio no cômputo de cálculo das transferências per capita realizadas pelo Governo Federal;

- Trabalhar em conjunto com a ONU/ACNUR e Governo da Venezuela, uma forma de reestruturar essa operação, fomentando o desenvolvimento da região de fronteira da Venezuela com o Brasil, de forma a criar as condições de fixar o Venezuelano no seu país, em especial as populações indígenas.

Para contribuir com o desenvolvimento regional e combater a fome, propomos ainda:

- Que a revalidação de diplomas de imigrantes realizados nas IES seja isenta de pagamento das taxas atualmente cobradas dos imigrantes;

- Recompôr os orçamentos da política de assistência estudantil das IFES, de forma a garantir 100% de cobertura aos estudantes em vulnerabilidade social que estudam nessas instituições e dependem desses recursos para locomoção, moradia e alimentação;

- Repensar o Programa Fomento Rural, levando em conta as particularidades de Roraima, bem como da região norte, alinhando esses programas com outros, de forma a construir uma base de desenvolvimento da atividade rural, em particular no formato de cooperativismo e através da implantação de pequenas agroindústrias ligadas as cooperativas, visando agregar valor à produção e contribuir de fato pela mudança socioeconômica;

- Repovoamento de rios com alevinos regionais

- Promover a conversão de MULTAS AMBIENTAIS, chamando os infratores para promover o repovoamento de rios e igarapés com alevinos, inclusive de quelônios, de espécies regionais, entre outras atividades a fim de corrigir passivos ambientais causados.



Menina Yanomami agonizando doente e desnutrida. / Foto: Centro de Documentação Indígena/Divulgação

2. CULTURA



FONTE: <https://folhabv.com.br/noticia/VARIEDADES/Cultura/Conbeca-grupos-de-danca-que-atuam-em-Roraima/75451>

“A cultura roraimense é marcada por manifestações originárias dos diversos povos que compõem aquele território: indígenas, europeus, migrantes de outras regiões do Brasil e migrantes oriundos dos países vizinhos, como a Venezuela.

O artesanato se destaca pelas peças produzidas de sementes, palhas, buritis, raízes, entre outros materiais naturais. Essa atividade constitui uma fonte de renda para populações indígenas, e o seu trabalho tem certificado de origem.

Entre os festejos e as danças típicas, encontram-se o bumba-meu-boi, as festas juninas, como o Arraial Macuxi, e as coreografias dos Cangaceiros do Tianguá. Na gastronomia, alguns dos pratos típicos são a paçoca de banana, o creme de cupuaçu e a caldeirada de tucunaré. O vinho feito de buriti é uma das bebidas típicas do Estado.”¹

Considerando estas características peculiares, sugerimos:

- Criar o Festival Internacional de Cultura Indígena a ser realizado no Estado de Roraima;
- Criar linhas de fomento financeiro ao desenvolvimento do cinema, teatro, música e artesanato na Amazônia brasileira, como ferramenta de protagonizar o desenvolvimento humano, a geração de emprego e a distribuição de renda;
- Fortalecer a política de turismo cultural para Amazônia brasileira, por meio de editais de chamamento para fortalecimento das comunidades tradicionais e os povos originários que queiram desenvolver projetos de turismo, promovendo inclusive capacitação e infraestrutura nas localidades.

¹ VEJA MAIS SOBRE “RORAIMA” EM: [HTTPS://BRASILECOLA.UOL.COM.BR/BRASIL/](https://brasilecola.uol.com.br/brasil/)

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A temática de Desenvolvimento Regional possui papel estratégico para as ações do futuro Governo Lula sendo essencial para a construção de uma sociedade justa, em especial na Região Amazônica, cuja capacidade de desenvolvimento depende de políticas afirmativas e da presença do Estado na consolidação delas.

Encontrar soluções inovadoras possibilitará a inserção de forma sustentável da região norte no desenvolvimento do País.

Para isso apresentamos os seguintes tópicos:

3.1 Mobilidade

Um dos maiores desafios em Roraima e em toda Região Amazônica se refere a mobilidade, e quanto ao tema propomos:

- Incluir nas prioridades a recuperação das principais vias rodoviárias federais da região, incluindo a duplicação da BR 174;

- Investimento no modal fluvial para dinamizar operações comerciais;

- Desenvolver novas alternativas de mobilidade em parceria com a EMBRAER-X, em particular o projeto e-VTOL. O modelo de “Uber aéreo” representaria um grande avanço em diversas áreas (transporte escolar, ambulância, negócios, turismo) em toda região amazônica, reduzindo consideravelmente despesas e tempos com locomoção, atendendo prioritariamente as escolas rurais indígenas e o baixo Rio Branco.



FONTE: [https://boradopovo.com.br/embraer - Veículo Elétrico com Decolagem Vertical desenvolvido pela Embraer estará nos céus em 2026](https://boradopovo.com.br/embraer-Veículo_Elétrico_com_Decolagem_Vertical_desenvolvido_pela_Embraer_estará_nos_céus_em_2026)

3.2. Conectividade

A partir de 1997 o cabo de internet de Roraima vinha a partir de Fortaleza, em cabo óptico submarino, via Caracas/linhão de Guri, de Boa Vista seguia via subterrânea até a cidade de Manaus, levando internet ao estado do Amazonas.

Após o estado do Amazonas ser interligado a usina hidrelétrica de Tucuruí, os cabos ópticos passaram a vir pelas torres interligando Fortaleza ao Amazonas e o cabo óptico que antes servia para levar a internet para o estado do Amazonas, passou a servir para trazer o sinal até Roraima.

Ocorre que o cabo óptico atravessa todo o percurso em tubulação desprotegida e rasa, sendo a quase todo momento interrompida a ligação toda vez que em algum ponto é feita a remoção de terra por máquinas, fogo ou por animais roedores entre outras situações.

A idéia proposta pelo Ministério das Comunicações de trazer o cabo óptico via Rio Branco deve ser imediatamente abortada, pois é de conhecimento que o Rio Branco todos os anos passa por seca e o cabo ficaria facilmente exposto, ademais, existem muitos conflitos ente pescadores, ribeirinhos, e as empresas que exploram o turismo na região, sendo grande os riscos de quebras dos cabos acidentalmente e/ou propositalmente.

Só teremos internet segura quando o cabo óptico estiver vindo via área – torres de energia, e a solução consiste na implantação de postes de 12 metros de altura para instalar o cabo óptico no trecho Manaus/Boa Vista.

3.3. Matriz Energética

A situação energética de Roraima é um dos fatores que inibe o desenvolvimento regional, e para mitigar esses problemas propomos:

- Reativar parceria com a Venezuela visando viabilizar ao retorno da importação de energia pelo sistema GURI, barateando desta forma o valor da energia em Roraima, hoje mantida por

termoelétricas, cujo combustível (gás ou diesel) é transportado pela BR 174;

- Iniciar e concluir a construção do linhão de Tucuruí interligando Roraima ao Sistema Interligado Nacional/SIN, para garantir o fornecimento regular de energia a população e a futuros empreendimentos;

- Incentivar a produção de energia, principalmente a energia fotovoltaica, aproveitando nossos imensos lavrados e os tetos das residências e prédios públicos, para captação de energia solar. A energia gerada suprirá as demandas locais e o excedente será disponibilizado na rede, e podendo ser utilizada por outras unidades da federação.

3.4. Mineração

O Garimpo é algo muito presente na história de Roraima, e fonte de tensão entre setores sociais, que se agrava quando se verifica a enorme fronteira verde do Estado com a Venezuela e a Guiana, e a intensa exploração mineral nessa região.



Garimpo no rio Mucajaí, na Terra Indígena Yanomami - Crédito: Chico Batata/Greenpeace

Esse modelo que depreda o meio ambiente deve ser combatido com toda força pelo Estado, pois além dos danos ambientais coloca em risco a vida dos povos indígenas que habitam essas regiões.

Ao longo de décadas temos visto acidentes naturais, queimadas na Amazônia e em outros biomas, barragens que são rompidas causando danos ambientais e materiais, navios estrangeiros que derramam óleo em nosso litoral, isso sem contar com o despejo de toda espécie de lixo em nossos igarapés e rios.

Para enfrentar todos esses desafios, a maior

reclamação são a falta de recursos, principalmente financeiros. Pensando nisso trazemos a seguinte reflexão: A economia mundial gira em torno da mineração, quase tudo depende da mineração e grande parte desses minérios, incluindo a água, são extraídos do meio-ambiente.

A mineração está presente no nosso dia a dia, nos meios de transporte, nos equipamentos eletrônicos, computadores, celulares, nas redes elétricas, telefônicas, internet, nos equipamentos hospitalares, nas embalagens, nas edificações, enfim, em quase tudo; mas na hora de proteger, recuperar e manter o meio ambiente saudável, geralmente não há recursos financeiros necessários.

De forma que propomos:

- Criação do Fundo Nacional da Mineração para arrecadar fundos visando a proteção do meio ambiente (queimadas, derramamento de óleo, inundações, rompimento de barragens etc.);

- Realizar junto as representações indígenas das 5 regiões do país em evento nacional para debater e encaminhar o processo de regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal;

- Implantação de uma frente permanente de fiscalização e combate ao garimpo em terras indígenas e áreas ambientais no Estado de Roraima.

3.5. Polos Agrícolas e a Exportação

Roraima possui uma localização privilegiada, fazendo fronteira com a Venezuela e a Guiana, dista pouco mais de 600 km de dois grandes portos, que possibilitam comércio com o Caribe, América do Norte e demais continentes; no entanto, por falta de política de desenvolvimento regional caminha para uma grande concentração de áreas com plantio de soja para exportação em detrimento de outros setores agrícolas.

Desta forma que propomos:

- Política de formação de profissionais qualificados na UFRR e no IFRR para atender as necessidades futuras da política de desenvolvimento regional;

- Implantação de pequenas fábricas de agroindústrias nos campi do IFRR nas cidades de

Amajari, Bonfim e Caracará, transformando essas instituições em polos de formação e disseminação do empreendedorismo;

- Possibilitar por meio do BNDES créditos para implantação de agroindústrias por meio de cooperativas estruturadas exclusivamente por agricultores e agricultoras;

- Efetivar a Política de assistência técnica rural para agricultura tradicional nas diversas comunidades indígenas no Brasil;

- Trabalhar junto a SUFRAMA e ao Futuro Fundo Amazônia, para que financiem projetos ligados ao desenvolvimento de pequenas agroindústrias nas diversas regiões do Estado, de forma a agregar valor à diversificada produção agrícola da região, potencializando a cultura e o beneficiamento da mandioca;

- Investir na construção de alojamentos nos campi agrícolas dos IF's como forma de ampliar o número de alunos atendidos;

- Recompôr os orçamentos do IF's para que possam garantir a assistência aos estudantes do campo;

- Adequar a legislação para permitir a participação de professores e profissionais técnicos das instituições de ensino como bolsistas em projetos de gerenciamento de agroindústrias e noutros projetos;

- Simplificar a legislação que possibilita a implantação de cooperativas-escolas nas instituições de ensino, de forma que os alunos possam vivenciar o empreendedorismo dentro das próprias escolas.

3.6. Polos Tecnológicos

No governo Lula foi autorizado a instalação da

ZPE – Zona de Processamento de Exportação de Boa Vista, decreto publicado em 30/06/2010, contudo, até o dia de hoje a ZPE de Boa Vista não foi instalada e o prazo de implantação expirou. Considerando que Roraima é uma das poucas tríplexes fronteiras trilingues, e considerando que o país vizinho, República Cooperativista da Guiana será uma das maiores rendas per capita do planeta e a Venezuela que acreditamos terá sua economia recuperada em breve, é urgente a prorrogação do prazo para instalação da ZPE Boa Vista. Ou seja, é necessário reeditar o Decreto que criou a ZPE.

É necessário a implantação de Centros Tecnológicos na região, sendo um Pólo no Campus Novo Paraíso do IFRR/CNP e outro no Campus Amajari do IFRR/CAM, com a participação de

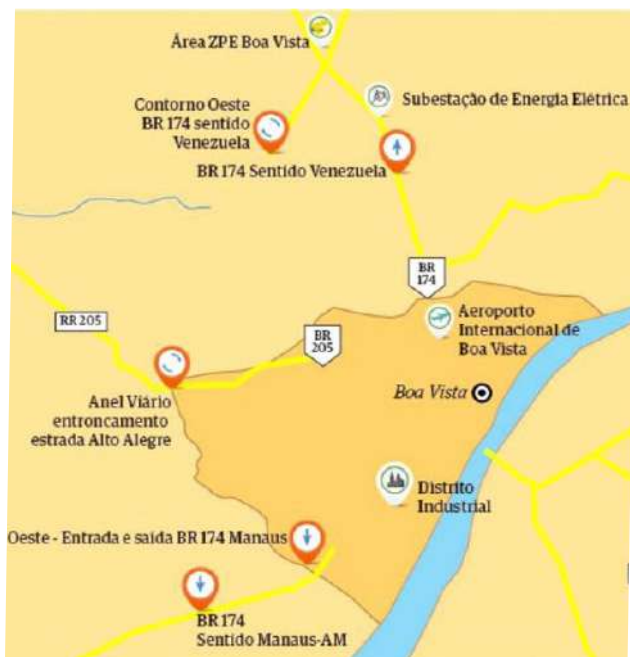


Fonte: <https://conhecimentocientifico.com/america-central/>

empresas nacionais e estrangeiras, de forma a viabilizar novos projetos para o desenvolvimento da região.

A justificativa da instalação nos campi CNP e CAM, reside no fato de ambos disporem de vários hectares de área, e por estarem em regiões estratégicas do Estado, sendo o CAM no norte com grande participação de estudantes indígenas e o CNP no sul do Estado, atendendo uma população expressiva de filhos de pequenos produtores rurais.

A implantação de um Polo de Inovação na capital Boa Vista, com parcerias de empresas nacionais irá



Mapa da ZPE e da ALC em <https://romerojuca.com.br/verdade-sementiras/zpe-alc/>

contribuir com o desenvolvimento regional.

3.7. A Reforma agrária popular, como saída para o desemprego e combate a fome, sugerimos a:

- Criação de novos assentamentos;
- Recuperação dos assentamentos já criados;
- Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento rural (Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA, PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE);
- Recuperação das vicinas;
- Projetos de incentivo à produção agroecologia e agroflorestal.
- Políticas de incentivo as feiras públicas e agroecológicas.

4. EDUCAÇÃO

A educação é a base de desenvolvimento humano de uma nação, e a pandemia representou um novo paradigma para a educação no Brasil e no mundo.

O retorno às aulas presenciais em instituições públicas e privadas de educação básica de todo o país em 2022 deixou um quadro complexo, que consiste em recuperar o conteúdo não incorporado e trabalhar as dificuldades sociais que atingem alunos, pais, professores e a comunidade em geral, foram quase dois anos de pandemia que mudou drasticamente a vida educacional do Brasileiro.

Segundo reportagem do jornal Folha de Boa Vista, o número de jovens roraimenses que não estudam e nem trabalham aumentou consideravelmente, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses jovens da geração nem-nem têm entre 15 a 29 anos e a pandemia somada ao descaso do governo federal (2016-2022) reforçou ainda mais esse problema.

Desta forma que propomos emergencialmente:

- Reorganização da governança por meio do Sistema Nacional de Educação;

- Maior redistribuição no FUNDEB e das transferências do Governo Federal com efetividade de mecanismos de fiscalização desses recursos;

- Aprimoramento dos sistemas de informação, avaliação e monitoramento;

- Recompôr os orçamentos da Universidade Federal de Roraima/UFRR e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/IFRR;

- Viabilizar a construção do prédio fixo da Reitoria do IFRR eliminando os custos mensais com aluguel;

- Transformar o Campus Avançado Bonfim, na fronteira do Brasil com a Guiana, no primeiro

Campus Binacional do IFRR;

- Retomar a discussão no MEC da implementação do Novo Ensino Médio;

- Suspender o Programa de Escola Cívico Militar iniciado pelo governo Bolsonaro;

- Gestão democrática – Apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 267) que objetiva criar condições legais para a implementação de uma nova e mais efetiva política de democratização da gestão da educação em nosso País, não apenas no ensino público;

- Garantir acesso às tecnologias da informação e comunicação à todas as escolas do campo e da cidade, bem como formação aos professores para utilizá-las como recursos didáticos que favoreçam a aprendizagem;

- Repensar a legislação para possibilitar projetos que facilitem a estruturação de salas de aulas tecnológicas para ensino no formato síncrono e assíncrono;

- Garantir escolas com infraestrutura decente – A situação da educação nas regiões mais distantes de Roraima é de grande precariedade;

- Repensar o programa caminhos da Escola – Em função das dificuldades de mobilidades na região amazônica, levar o aluno a sala de aula é um grande desafio, e consiste numa realidade distinta das demais regiões do Brasil;

- Incentivar a pesquisa, extensão e inovação na região Norte;

- Revogação da Resolução CNE/CP nº 02/2019, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a formação de professores numa perspectiva neotecnista e desmonta o Curso de Pedagogia.

5. IGUALDADE RACIAL

A igualdade racial é um conceito baseado na ideia de que todos os homens e mulheres são iguais e de que não existem diferentes raças humanas. Todos os grupos étnicos devem ter os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos. E a LEI Nº 12.288/10, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.



Fonte: <https://olb.org.br/temas/igualdade-racial/>

Desta forma, visando garantir esta igualdade no estado de Roraima, faremos as seguintes proposições:

- Que seja destinado e garantido a Política de Promoção da Igualdade Racial, recursos específicos para as ações afirmativas nas áreas de educação para qualificação dos educadores com vistas no recorte étnico;

- Atualização da legislação das Diretrizes Curriculares de Jovens e Adultos no sistema prisional respeitando o recorte étnico;

- Fomentação da execução da leitura nos cárceres, pois existe as Recomendações, Resoluções e Portarias mas não abre para as atividades

educacional, ou seja, não está garantido como estudo.

- Que a Secretaria/Ministério de Igualdade Racial promova em parceria com o Movimento Negro de Roraima a implantação do Conselho Estadual de Igualdade Racial, visto que Roraima é o único Estado da Federação que não tem estruturado este Conselho.

- Revogar o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, substituindo-o por um novo Decreto

que torne mais ágil, eficaz e menos burocrático o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. A política de regularização de territórios quilombolas se baseia no decreto 4.887/2003, que por sua vez regulamentou o art. 68 do ADCT, porém, esse decreto é tão burocrático e entravado que no final das contas trai seu próprio objetivo final, que é garantir a titulação das

terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. O procedimento administrativo que vai da abertura do processo no INCRA, a partir do requerimento de uma comunidade quilombola até a titulação definitiva do território em nome da associação quilombola requerente, tem levado em média de 6 a 10 anos para ser concluído. E muitos processos nem conseguem chegar ao seu termo, sendo abortados no meio do caminho por uma série de fatores e deixando as comunidades quilombolas ainda mais vulneráveis.

6. INFRAESTRUTURA

Roraima tem como gargalos para o seu desenvolvimento a ENERGIA, o TRANSPORTE e a INTERNET, desde o período de Território Federal até a instalação do Estado em janeiro de 1991. Todos esses PROBLEMAS ESTRUTURAIS perduram até hoje.

A matriz energética retornou ao período de Território Federal, com sua geração através de termoeletricas. A BR 174 que liga Manaus a fronteira com a Venezuela, passa por constantes bloqueios. A internet por fibra ótica vem de Manaus margeando a BR 174, com constantes cortes.

Durante os Governos do PT, foram realizados investimentos em energia, transporte, saneamento, rodovias, moradia, segurança, educação, saúde, cultura e pessoas, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I e II, com valores superiores a R\$ 6 bilhões. O Estado se transformou num grande canteiro de obras, com geração de empregos e renda para a população.

Após o golpe parlamentar, jurídico, midiático e militar, o Estado teve reduzidos os investimentos em infraestrutura durante o Governo Temer e continuado pelo Governo Bolsonaro.

Assim, consideramos importante o retorno dos investimentos nas áreas críticas relacionado abaixo.

6.1. Energia

Roraima não faz parte do Sistema de Interligação

Nacional – SIN e tem como parque gerador termoeletricas, com constantes apagões e com uma Internet deficitária, deixando o estado isolado do mundo.

Diante desse quadro caótico, propomos:

- Retorno imediato do Contrato com a Venezuela, para a aquisição da Energia do Complexo de Guri, tendo em vista que toda linha de transmissão se encontra instalada;

- Início imediato, da obra do Linhão de Tucuruí;

- Rede Elétrica para o município do Uiramutã;

- Continuação do Programa Luz para Todos.

- PCH JATAPU: A Pequena Central Hidrelétrica do Jatapu foi executada na década de 90 e, por duas décadas, serviu para o abastecimento energético dos quatro municípios da região sul, São Luiz, São João, Caroebe e Rorainópolis, mesmo com sua capacidade de produção energética reduzida.

É necessária a revitalização de toda a PCH JATAPU, assim como a instalação de uma segunda turbina, para ampliar a sua capacidade de geração de energia para o sul do Estado;

É importante a interligação da Rede da PCH JATAPU na Rede de Distribuição da Roraima Energia.

Vale ressaltar que a PCH JATAPU pertencia a CER – Central Elétrica de Roraima, e se encontra abandonada no sul do Estado, sem nenhuma



Fonte: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa>

geração nenhuma energia, principalmente para atender aos pequenos produtores rurais.

Diante desse quadro esdrúxulo, é necessário uma INVESTIGAÇÃO da CGU e PF sobre o abandono da PCH, até porque foi realizada uma simplória revitalização com recursos federais.

6.2. Rodovias

- Recuperação total da BR 174;
- Conclusão da BR 432, com suas obras de artes;
- Recuperação e conclusão da BR 210, com suas obras de artes;
- Asfaltamento das BR 410 e 433.

6.3. Saneamento

- Complementação do Programa de Água e Esgoto nos municípios;
- Ampliação do sistema de esgotamento sanitário e água para Boa Vista;
- Ampliação da rede de preservação elevada e apoiada de água nos 14 municípios do interior de Roraima;
- Readequação da barragem no município de Pacaraima, ampliando a capacidade de produção de água para consumo humano, considerando o impacto imigratório venezuelano nesta cidade;
- Readequação imediata das redes de esgotamento sanitário nos municípios de Mucajaí, Bonfim, Rorainópolis, Caroebe, São Luiz, Uiramutã, todas em precário funcionamento ou com obras inacabadas;
- Conclusão urgente das obras das agrovilas Jerusalém, Jatobá e Santa Luzia do Baraúna, cujas obras de implantação foram abandonadas com mais de 95% de execução do objeto;
- Fortalecimento das entidades de catadores e catadoras de materiais recicláveis do Estado de Roraima, em especial a Cata Tudo, Terra Viva e Global, entidades compostas exclusivamente por catadores;

- Remodelagem do processo de implantação de galerias de drenagem urbana para canalização de igarapés na Amazônia, adotando tecnologias que permitam o aproveitamento desses mananciais e possam preservar a biodiversidade e o clima das áreas geográficas;

- Rever as alterações promovidas pelo Governo Bolsonaro na Política Nacional de Saneamento Básico por meio da Lei 14.026/2020, que prioriza um amplo processo de privatização da água na Amazônia e fortalece a municipalização da gestão do saneamento no País;

- Fomentar a implantação de centrais de reciclagem e compostagem na Amazônia;

- Promover a normatização para gestão compartilhada de resíduos sólidos entre municípios fronteiriços;

- Estabelecer o Conselho de bacia do rio Branco.

7. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Entendemos que durante os Governos Lula e Dilma foi criado um vácuo em relação aos trabalhadores de Segurança Pública, o que ocasionou um fortalecimento do Bolsonarismo na eleição de 2018, desta forma, é urgente o início de um novo diálogo com o referido setor.

Logo de forma sintética apresentamos sugestões ao Fórum Regional Popular, as quais podem ser empreendidas pela União e não dependam dos Estados e do Distrito Federal.



Fonte: <https://www.portal.rr.gov.br/noticias/item/6608>

Apresentamos as seguintes considerações:

7.1. Força Nacional de Segurança Pública /FNSP:

A FNSP (com previsão no Decreto 5.289/2004 e a Lei nº 11.473/2007) é formada por policiais Estaduais e Distritais, ou seja, Policiais Cíveis, Militares, Bombeiros Militares, Policiais Penais e Perícia (Institutos de Criminalística, Médico Legal e de Identificação) e reservistas das Forças Armadas.

Nota-se que a FNSP é um órgão civil, todavia desde o seu início ocorreu uma militarização do

exercício de suas atribuições. A Direção Geral, os cargos auxiliares de direção, a forma de treinamento, a utilização de fardamento militar (inclusive por Policiais Cíveis e Peritos), a forma de atividade ostensiva e a repressiva sempre utilizaram a lógica militar. O referido fato esvaziou o objetivo da FNSP, trazendo resultados abaixo do esperado.

O cargo de Diretor do FNSP sempre foi exercido por um Policial Militar ou Bombeiro Militar. Os seus cargos auxiliares de chefia (DAS) em

sua grande maioria são exercidos por Policiais Militares ou Bombeiros. Os chefes de operações do DFNSP nos Estados sempre foram Policiais Militares, tanto que a designação não é chefe, mas Comandante de Operações. E por fim os colaboradores eventuais em sua grande maioria são Policiais Militares e Bombeiros, os quais permanecem por prazo muito longos na FNSP, ou são desmobilizados e em pouco tempo eles retornam ao órgão, novamente como mobilizados, desta forma não existe revezamento.

Logo ocorre uma militarização de um órgão civil,

ou seja, nunca um Policial Civil, Perito ou Policial Penal exerceu a função de Diretor do DFNSP.

Desta forma sugerimos:

- A Diretoria do DFNSP em função da permanente ocupação por Policiais Militares ou Bombeiros, deve ser ocupada por servidor civil no período de Governo do Presidente Lula para fins de uma nova concepção de sua atuação, desde a cessão do servidor, capacitação com revisão do conteúdo programático e estratégias.

- Criação de Comitê Popular na FNSP para apresentar demandas das sociedades em que o órgão esteja atuando; afinal a população do local envolvida nunca foi ouvida sobre a participação do referido órgão na sua comunidade.

- Criar no âmbito da DFNSP a Assessoria de Antropologia vinculada à Direção Geral para suporte e subsídios às missões desenvolvidas em áreas especiais; bem como garantir a formação antropológica das equipes quando direcionadas as áreas especiais. Esta ação se justifica para que os servidores policiais tenham um novo olhar em suas atuações.

- Inserção de disciplinas de combate ao racismo estrutural e de respeito a diversidade da população LGBTQI+ no processo de formação dos policiais da força nacional.

- Exclusão da possibilidade de chamamento de reservistas das Forças Armadas para atuação na FNSP. A própria atividade de Polícia ostensiva, repressiva, de perícia e penal não se coaduna com as atividades das Forças Armadas.

- Criação de Ouvidoria com cargo ocupado por uma pessoa da sociedade civil, no âmbito da Força Nacional.

- Vedação de continuidade por longos períodos dos mesmos servidores Policiais em exercício na FNSP, sendo adotado o cruzamento de checagem daqueles que se encontram nesta situação. Com isto se proporciona a alternância dos servidores para que estes tenham oportunidade de exercício na FNSP.

- Revisão dos servidores/Colaboradores

Eventuais cedidos a FNSP, os quais em sua grande maioria sempre foram exercidos por Policiais Militares e Bombeiros Militares, sem praticamente espaço para as Polícias Cíveis, Perícias e Policiais Penais.

- Os cargos e os colaboradores eventuais devem possuir uma ação afirmativa e paridade entre gêneros, bem como a participação efetiva de servidores negros, indígenas e LGBTQIA+.

7.2. Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP

A SENASP gere a política de Segurança Pública em relação aos Estados e Distrito Federal. A sua função é estratégica, inclusive em relação a oportunidade de os servidores Distritais e Estaduais poderem exercer por um período as funções como colaboradores eventuais no referido órgão.

Infelizmente em algumas situações existem servidores que estão a mais de 8 anos na SENASP, impedindo que outros tenham referida oportunidade de conhecimento, valorização profissional e aprendizado. Atualmente em algumas situações os servidores cedidos pelos Estados e DF ao invés de serem colaboradores eventuais, tornaram-se colaboradores definitivos, o que impede a alternância no exercício das funções;

Visando mitigar tais situações, propomos:

- Dispensa dos colaboradores eventuais (servidores policiais) que estão a mais de 3 anos da SENASP.

- Criação da Academia Nacional de Segurança Pública para fins de treinamento continuado de Policiais Estaduais e Distritais, bem como oportunidade de formação dos novos Policiais.

- Mudança na arquitetura do sistema PPE (Procedimento Policial Eletrônico/SENASP), o qual impede a sua celeridade de produção de documentos policiais, saindo da lógica do sistema baseado no Boletim de Ocorrência e criando-se um banco de pessoas, o que levará a maior celeridade e interesse dos Estados em utilizar o sistema.

E ainda no sistema deve ocorrer uma integração

verdadeira entre Entes Federativos, onde possam ser consultados todos os Boletins de Ocorrências e Procedimentos Policiais de forma completa, com exceção as que estão em sigilo.

- Criação do Marco Legal de Inteligência de Segurança Pública.

7.3. Propositura Presidencial de mudança no Código de Processo Penal para fins de inserção da obrigatoriedade de Defensores Públicos ou advogados dativos (indicados pela OAB) nas repartições policiais civis e federais que trabalhem em regime de plantão.

A medida visa a efetiva possibilidade de assistência aos custodiados para fins de exercício de autodefesa, orientação jurídica imediata, evitar-se situações de cerceamento de direito.

7.4. Disponibilização de recursos ao Estado de Roraima para:

- Construção de nova sede do IML, Instituto de Criminalística e de Identificação a partir de critérios sugeridos pelos Peritos com a devida aparelhagem.

- Construção de uma nova Central de Flagrantes com real capacidade de atendimento a dignidade da pessoa humana em relação aos Policiais, bem como em relação aos custodiados, vítimas e testemunhas. O projeto deve ser elaborado a partir dos relatos dos servidores da Polícia Civil que laboram no local.

8. MEIO AMBIENTE



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/09/roraima-enfrenta-garimpo-ilegal-e-avanco-desordenado-do-agronegocio.shtml>

A temática do Meio Ambiente possui fundamental importância no Governo do Presidente Lula, principalmente após a tragédia que foi o governo Bolsonaro na área ambiental.

Mesmo sendo um dos estados da Amazônia cuja destruição ambiental mais demorou a avançar, com vastas áreas de florestas preservadas, Roraima passou a viver no governo Bolsonaro um processo de aceleração da degradação ambiental, agravado pelo fato de possuir metade das dez terras indígenas do país mais ameaçadas pelo desmatamento.

Alguns aspectos influenciaram o rápido crescimento do passivo ambiental em Roraima, com destaques para a falta de um planejamento de desenvolvimento sustentável, extração ilegal de ouro em áreas indígenas, a exploração sem planejamento e manejo adequado de madeiras no Estado, a expansão predatória do agronegócio de soja, o desaparecimento de instituições ambientais, entre outras.

Corremos sérios riscos de se repetir em Roraima

o que ocorreu no Japão na década de 50, no que foi chamado de Desastre de Minamata, devido à grande contaminação por mercúrio de rios do Estado, sendo destaque na imprensa japonesa.

Devendo observar que o Brasil é um dos signatários do Protocolo de Minamata, o qual é descumprido no Estado de Roraima devido ao uso irrestrito no garimpo ilegal ao longo dos rios, principalmente na TI Yanomami. O combate ao comércio ilegal deste mercúrio em solo roraimense é primordial para conter a contaminação e o garimpo.

Desta forma, faremos as seguintes proposições:

- Reforma Agrária e Agroecológica: a concentração de terras, o agronegócio e a busca desenfreada por lucro têm levado à destruição do meio ambiente e condenado à tragédia os trabalhadores do campo e as comunidades tradicionais.

- Fim do arrendamento de terras a governos e empresas estrangeiras: frear o avanço das transnacionais na agricultura brasileira, com o fim

do arrendamento de terras a governos e empresas estrangeiras.

- Incentivo aos pequenos agricultores e à produção livre de agrotóxicos e transgênicos: ter uma política agrícola que priorize a soberania alimentar, com ampliação do financiamento aos pequenos agricultores e política específica de compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.

- Implantação nos campi agrícolas do IFRR de pequenas agroindústrias: praticamente toda produção da agricultura familiar de Roraima é comercializada in-natura, sem agregar valor e com grande desperdício de produtos. A implantação de pequenas plantas agroindustriais no IFRR visa a formação de mão-de-obra qualificada, para que no futuro através do cooperativismo se possa ter empreendimentos agroindustriais advindos da agricultura familiar.

- Ampliação da fiscalização sobre as empresas poluidoras: combate à destruição do meio ambiente, com ampliação da fiscalização sobre as empresas poluidoras e criação de tributo proporcional aos danos ambientais causados.

- Utilização de Tecnologias de Drones e outros meios de fiscalização: A área territorial de Roraima é equivalente ao Reino Unido (Inglaterra, Escócia e País de Gales), e a necessidade de fiscalizar tão vasta rara exige, além de recuperar instituições como o IBAMA, se pensar num uso de novas tecnologias para cobrir essa região, sendo o uso de drones e satélites algo a ser reestruturado e intensificado.

- Revisão dos programas financiáveis pela SUFRAMA e pelo Fundo Amazônia: um dos grandes problemas para mitigar os problemas ambientais é a falta de recursos para financiar projetos, de forma que tanto o Fundo Amazônia quanto a SUFRAMA, podem ser agentes que financiem novos projetos que contribuam com o desenvolvimento da região, construindo oportunidades de ocupação para a população que recorre a outros meios e que não raro degradam o meio-ambiente.

- Revisão do Código Florestal: como está hoje,

o Código Florestal, destruiu a possibilidade de fiscalização sobre o desmatamento. Precisamos aumentar o rigor da fiscalização e ter maior proteção às Reservas Legais e às comunidades tradicionais.

- Controle sobre a política de águas: preservação de nascentes e cursos d'água e ampliação das iniciativas de abastecimento de água potável para toda a população.

- Demarcação de terras indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas: Demarcação e regularização imediata de todas as terras indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas, em defesa do direito constitucional e originário à terra.

- Política de combate ao desmatamento e queimada ilegais em Roraima: fortalecer as políticas de desmatamento, que vem se agravando com a forte expansão do agronegócio, com a exploração de madeiras e com o garimpo.

- Promover o Estudo de Manejo Sustentável de Madeiras no Estado de Roraima: o manejo sustentável, que consiste na exploração da madeira de origem legal e certificada, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema e seguindo regras para se manter a floresta de pé, pode ser uma alternativa para essa atividade no Sul do Estado.

- Suspender o fornecimento de energia a Roraima Energia por meio da queima de madeira em Roraima: A suspensão deste contrato é fundamental, antes que nossas áreas de produção se transformem em áreas de eucalipto para produção de lenha para queima. No momento em que esse tipo de geração é reduzido em todo mundo é fundamental que o Governo Federal cesse imediatamente a continuidade deste tipo de empreendimento em Roraima, operado pela empresa OXE.

- Retomar o Tratado de cooperação da Amazônia - TCA, tendo como referência a proteção ambiental, o combate ao tráfico de fauna e flora e a integração dos países amazônicos, disponibilizando recursos para projetos de pesquisa e extensão por meio das IFES existentes em Roraima.

9. SAÚDE

À questão da saúde pública em Roraima é preocupante, e tem se agravado na gestão atual do Estado e do Brasil.

O Ministério da Saúde, Estados, Municípios, entidades representativas, instituições parceiras, conveniadas e ou contratadas, classe política e movimentos sociais, devem com urgência buscar meios alternativos para garantir o fortalecimento do SUS em todas as suas dimensões e sistemas.

Todos os itens aqui levantados têm a ver com os macroprocessos do SUS, de Planejamento Regional Integrado/PRI, com a organização da Rede de Atenção à Saúde/RES e com o Plano Estadual de Saúde/PES.

São temas antigos e ao mesmo tempo atuais, em permanente discussão muitas vezes interrompidas pelos solavancos das disputas político eleitorais, e com poucos avanços devido a fatores que podem ser mais bem explorados em outras ocasiões.

Segue então os pontos através dos quais consideramos possíveis de impactar em grandes melhorias em nossa realidade regional:

7.1. Tornar a Atenção Primária à Saúde/APS mais resolutiva.

Este alinhamento técnico e administrativo pode garantir a melhoria do acesso, redução de custos, desperdícios e redução de mortalidade por causas evitáveis, como a materna e infantil, que nos últimos 10 anos aumentou consideravelmente em nossa região.

Garantir no mínimo 80% de cobertura da Estratégia Saúde da Família, e, por conseguinte mais famílias assistidas e acompanhadas em suas enfermidades com o retorno do Programa MAIS MÉDICOS em seu formato original, FARMACIA POPULAR e BRASIL SORRIDENTE.

7.2. Implementar definitivamente a política nacional de regulação em saúde do Estado.

A regulação em saúde prevê não apenas a instalação



Profissional de saúde pesa mulher Yanomami com quadro severo de desnutrição | Foto: Reprodução/Uribi Yanomami

da ferramenta denominada SISREG, mas sua efetiva operacionalização em prol da ampliação do acesso aos serviços por critério de equidade.

Este alinhamento é fundamental para monitoramento do acesso e redução sistemática das filas de espera e auxilia com dados reais a gestão do SUS na contratualização de insumos, medicamentos e de prestadores orientados por resultados em saúde, com impacto positivo de não descontinuidade de nenhum tratamento por demanda reprimida.

7.3. Organizar e publicizar as carteiras de serviços de todas as Unidades de Saúde, através da metodologia da planificação da Atenção Primária a Saúde em rede com a Atenção Ambulatorial e Hospitalar. Com apoio do Ministério da Saúde e instituições parceiras, impõe-se a urgente valorização e organização da Rede de Atenção à Saúde/RES, considerando inicialmente todo apoio

a potencialização das linhas de cuidado prioritárias, seus processos de trabalho e qualificações profissionais necessárias.

Em Roraima podemos considerar a importante e assertiva ação de Governo de organização da linha de cuidado materno infantil inicialmente na região centro norte, por critérios rigorosamente epidemiológicos, em parceria com CONASS, CONASEMS, MS, HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, mas que precisa expandir para a região sul do estado.

7.4. Submeter os projetos de investimentos em saúde oriundos de emendas parlamentares as prioridades regionais previstas nos planos estaduais de saúde e/ou pactuações realizadas nos espaços colegiados do SUS (CIT, CIBs, CIRs).

Esta medida visa garantir a não inversão de prioridades, a aplicação dos recursos nas reais necessidades de saúde, dos serviços e das populações com suas devidas especificidades.

7.5. Construir e pactuar nos espaços colegiados de gestão do SUS estratégias de avaliação de desempenho.

Precisamos instituir, valorizar e validar novas estratégias de aprendizagem sobre monitoramento, responsabilização e acompanhamento do desempenho do SUS.

Não podemos aguardar indefinidamente que as ações, serviços e produtos não cheguem para poder avaliar.

É preciso monitoramento em tempo real, só assim reduziremos os vazios assistenciais, descontinuidade de tratamentos e agudizações de processos crônicos, por exemplo por insuficiências, ineficiências e ignorância de causas.

7.6. Estabelecer com urgência novos marcos reguladores nas relações institucionais com o subsistema de atenção a saúde indígena/SESAI e DSEIS.

Os anos se passaram e velhos problemas nunca foram resolvidos como a frágil melhoria dos fluxos de usuários e a organização do acesso às populações indígenas. Ao estabelecer novos marcos reguladores

nas relações institucionais com o subsistema de saúde indígena nos territórios podemos reparar as fragilidades nas relações institucionais que afetam qualidade de vida dos povos tradicionais, garantir a efetividade da organização, acesso e humanização da saúde.

7.7. Avaliar a construção de um hospital regional na tríplice fronteira/Brasil/Venezuela/Guiana.

Avaliar em caráter urgente, devido às condições da tríplice fronteira (Brasil, Venezuela e Guianas) a possibilidade de investimento em um hospital regional de fronteira que auxilie na redução das filas de espera, na pressão de porta dos prontos atendimentos de Boa Vista e redução de óbitos por excessiva demora no acesso a média e alta complexidade em saúde.

Destaca-se que esta importante iniciativa tem impacto significativo na redução de custos com TFD, na maior agilidade no acesso e principalmente na redução de mortalidade por causas evitáveis ou falta de acesso oportuno ao sistema hospitalar.

7.8. Ambulatórios de Atenção Especializada/AAE:

- Regionalização dos Ambulatórios de Atenção Especializada para as linhas de cuidados materno infantil, hipertensão diabética, propeleutica de câncer de colo de útero e mama, saúde mental e saúde do idoso.

- Institucionalização das políticas públicas para a Atenção Ambulatorial Especializada para as linhas de cuidados materno infantil, hipertensão diabética, propeleutica de câncer de colo de útero e mama, saúde mental e saúde do idoso.

- Repactuação das necessidades de saúde dos municípios em relação ao apoio diagnóstico nas unidades de saúde especializada sob gestão estadual.

- Credenciamento de serviços municipais especializados para apoio e diagnóstico, realização de cirurgias de pequeno e médio porte.

- Regionalização da gestão estadual da AAE com o objetivo de institucionalizar as ações de saúde pública de acordo com as necessidades específicas

das regiões de saúde dos municípios e dos subsistemas de saúde (SESAI) de cada município para garantir a resolutividade da APS enquanto ordenador e regulador da RAS.

7.9. Encaminhamento do eixo da APS para discussão:

- Regionalização da gestão estadual da APS com o objetivo de institucionalizar as ações de saúde pública de acordo as necessidades específicas das regiões de saúde dos municípios e dos subsistemas de saúde (SESAI) de cada município para garantir a resolutividade da APS enquanto ordenador e regulador da RAS.

- Co-financiamento estadual para os municípios de acordo com o desempenho da organização da rede de saúde municipal para as linhas de cuidados materno infantil, hipertenso diabético, propedêutica de câncer de colo de útero e mama, saúde mental e saúde do idoso.

- Elaboração de estratégias para fixar equipes de saúde para a ESF nos territórios nos moldes dos Mais Médicos, através de termo de cooperação com profissionais estrangeiros devido a dificuldade de fixar profissionais brasileiros.

- Integração das ações dos subsistemas de saúde (SESAI) e Operação Acolhida (CFAE) a APS dos territórios com maior número de comunidades e fluxos migratórios nos territórios dos municípios.

- Co financiamento do ente federal para valorização dos resultados de participação nos processos de educação permanente das equipes de atenção primária.

7.10. Sistema de Regulação: Referência/ Contrarreferência

Quando da participação no modelo piloto na gestão de uma Unidade Básica de Saúde (CS Caranã/SMSA/Boa Vista/RR) no ano de 2009, observamos:

A partir de um entendimento entre a uBS-SMSA/Coordenação de Macro área-SMSA e direção técnica-Hospital Coronel Mota-SESAU e com a participação de servidores (Ciro Colazzo e Alisson Siqueira) iniciamos o processo de

envio da demanda da macro área 1.0 a partir do Centro de Saúde do Caranã - com 8 equipes da ESF (bairros: Caranã, Jd. Caranã, Jd. Floresta Aeroporto, Cauamé, Cidade Satélite, União, parte do Tancredo Neves, Monte Cristo, Monte das Oliveiras e áreas adjacentes), no que se refere à necessidade da atenção especializada ao hospital Coronel Mota/SESAU, Hospital da Criança Santo Antônio-SMSA e Centro de Referência municipal da Mecejana-SMSA. Com envio semanal de 3 condensados àquelas unidades de forma digital via Web (telefone), e retorno entre 2 a 5 dias corridos da mesma forma, com agendamento/atendimento entre 2 a 20 dias. Vale salientar que o HCM fazia a distribuição da demanda dentro da competência da rede estadual (CR Saúde da Mulher, LACEN, etc.). Depois a estratégia foi estendida às uBS do município de Boa Vista -RR e restante do Estado.

Foi uma excelente experiência e, início dessa ferramenta que possibilitou à população acesso rápido às especialidades médicas, odontológicas, etc.

Atualmente se encontra funcionando com enorme precariedade por falta de gerenciamento dos entes envolvidos, principalmente pelo desmonte do canal federal, com corte de recursos, ausência de normatização, falta de planejamento e recursos financeiros, estratégia e protagonismo de aglutinação de debate das esferas envolvidas (MS, SES e Secretarias Municipais de Saúde). Existem relatos de demora de 6 meses para retorno do agendamento, sem contar o tempo do atendimento.

O usuário deveria sair da Unidade Básica de Saúde ou Unidade de Saúde da Família com seus exames e solicitações de especialidades agendadas, sem necessidade de se dirigir à hoje central de Regulação do Estado para isso. É uma desorganização do serviço e falta de inteligência organizacional, pois o programa para proceder essas demandas existe, com a simples necessidade de aderir, programar e alimentar o sistema.

Sendo assim, será necessário:

- Reorganizar o Sistema, inclusive com disponibilização do SISTEMA DE AGENDAMENTO DIGITAL às Unidades Básicas de Saúde, dessa forma sem necessidade

de envio da demanda, evitando o famoso “FURA FILA”, muito utilizado por influência política. Essa reorganização se refere igualmente às demandas interestaduais;

- Restabelecer e equilibrar o diálogo tripartite com ênfase nos 3 princípios do SUS (Integralidade, Universalidade e Equidade);

- O Ente Federal assumir o protagonismo do debate, acompanhamento e execução da ação;

- Aumentar/recompor o financiamento federal de forma que os estados e municípios consigam disponibilizar mais profissionais especializados. Ainda, propor instruções legais e normativas aos estados e municípios na mesma direção.

7.11. Recomposição da Estratégia de Saúde da Família/ESF no estado de Roraima e DSEI'S - SASISUS-Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (em conformidade com a Portaria nº 2.488/11 de 21.10.2011 e alterações, e Lei nº 9836/1999 de 23.09.1999, respectivamente).

As Equipes de Saúde da Família se encontram com número defasado de profissionais, assim como, a necessidade de averbação de novas equipes da ESF que respondem às condicionantes de admissibilidade (territorialidade há a ausência de médicos, enfermeiros, odontólogos, etc.), necessitando da recomposição desses profissionais, muito relacionada à escassez de recursos do patrocinador principal que é o MS/Governo Federal, com a introdução da política de desmonte do setor público de saúde ocorrida nos últimos 6 anos.

Na saúde indígena a situação é mais crítica, que além das adversidades acima relatadas, somam-se as peculiaridades territoriais, geográficas, demográficas, culturais, conflitos entre comunidades e invasão garimpeira, haja vista, da dificuldade de recrutamento de médicos e outros profissionais para atuarem nas comunidades, sem falar na qualificação técnica de trabalhadores simpáticos à causa ou que entendam da existência de outras culturas e costumes na área adstrita. Como exemplo, a distribuição de médicos no DSEI Yanomami. Esse distrito sanitário atende uma população de 30.500 habitantes referente à

parte brasileira da etnia. O território Yanomami cobre, aproximadamente, 192 mil quilômetros quadrados situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco – Amazonas (afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro). Somente no Brasil, a área de proteção chega a 9.664.975 hectares, ou seja, 96.650 quilômetros quadrados, com 370 aldeias, 37 polos base, em 2 estados (AM e RR) e países (Brasil e Venezuela), 27 UBSI e 1 CASAI, com o acesso ao território em 95% no modal aéreo. Com a crise no país vizinho a população Yanomami e Yekuana passou a cruzar a fronteira em busca de atendimentos médicos e de enfermagem nos polos base (uBS e uSF) do DSEI Yanomami, como é o caso de Auaris, Saúba, Ericó, Surucucu, Hakoma, Xitei, Toototobi, Parafuri, Aratha'u, Waputha, Homoxi, Haxiu, etc, com a predominância de agravos de saúde: malária, tuberculose, síndromes respiratórias agudas grave, outras doenças respiratórias, desnutrição infantil, verminoses, doenças dermatológicas, grávidas sem acompanhamento, etc.

Em 2020 com a atualização da PNAB, Portaria nº 397/2020/MS é criada a uSF Unidade de Saúde da Família que se diferencia da uBS, por conter pelo menos uma Equipe de Saúde da Família-eSF, com composição mínima de um médico, um enfermeiro, um Auxiliar ou Técnico em enfermagem e um Agente indígena de saúde, podendo um mesmo profissional médico atender duas unidades de saúde, com carga horária de 20 horas/semanais cada. Entretanto, é humanamente impossível esse profissional estar em 2, 3 unidades de saúde como se estivesse numa cidade (zona urbana) com fácil deslocamento entre ambas, daí nascem os critérios de admissibilidade territorial, assim como, a demografia, a localização das comunidades, a logística de acesso, a situação antropológica, que considera o grau de convivência e isolamento de cada população do território, etc. O Dsei Yanomami tem a responsabilidade do gerenciamento sanitário desse imenso território, invadido pela exploração garimpeira, com isso potencializando a proliferação da malária, a violência, a desnutrição infantil, as doenças de veiculação hídrica, verminoses, exposição à metais venenosos (mercúrio, etc), a degradação ambiental, a escassez de alimentos, dentre outras variáveis

negativas, que têm massacrado esse povo. E a assistência à saúde entregue nas mãos e cuidados de somente 10 médicos, com enfermeiros, técnicos em enfermagem, Agentes indígenas de saúde, que trabalham acoados, de forma insalubre, com a contaminação da água por mercúrio, sem segurança, dada à violência imposta pela contravenção, com esses profissionais trabalhando sem saber se retornarão às suas famílias, numa rotina extenuante, sem segurança trabalhista, pois são contratados por ONG's com vínculos precários, com entradas e saídas da área indígena em aviões monomotores, operando em pistas sem homologação da ANAC.

Há a percepção do aumento de casos de suicídio no território indígena Yanomami/Yekuana, com destaque a região de Auaris, à nordeste do estado de Roraima, onde convivem cerca de 3.600 indígenas Yanomami e Yekuana de forma harmoniosa, entretanto, com graves registros de ocorrências de saúde mental, necessitando de intervenções e trabalho intenso nas comunidades.

Portanto, considerando o que foi dito anteriormente, é necessário:

- O Ministério da Saúde fazer encaminhamento de acolhimento de novas equipes de Saúde da Família/eSF, Unidades de Saúde da Família/uSF, NASF, Unidades Básicas de Saúde/uBS, além de reorganizar as já existentes com financiamento financeiro, pessoal e de equipamentos de saúde, com destaque à saúde indígena que encontra-se precarizada;

- Financiar a construção e manutenção de UPAS, sendo distribuídas nas cidades de São João da Baliza, de Pacaraima, de Normandia, na área indígena Yanomami (polo base de Auaris), na área indígena Yanomami (polo base de Surucucu), e na área indígena Leste de Roraima, a definir. Após construídas, deve-se manter o financiamento aos municípios e DSEI's, dada à precariedade orçamentária dos municípios;

- Realizar Concurso Público na SESAI/MS, para absorver a mão de obra hoje prestada pelas ONG's nos DSEI's Yanomami e Leste de Roraima, com a finalidade de garantir a relação de direitos e deveres na prestação dos serviços de saúde. Considerar na

saúde indígena os dois DSEI's, Yanomami e Leste de Roraima.

7.12. Situação Vacinal.

- Desde a ascensão ao poder do governo Bolsonaro, temos acompanhado com perplexidade a descida ladeira abaixo da cobertura vacinal em nosso País. O que se conseguiu há mais de 40 anos, a duras penas, o nivelamento de alcance vacinal satisfatório, chegando a excelência, visto e referenciado por organismos de saúde internacionais, assim como, o reconhecimento por nações de alto índice de desenvolvimento humano, em ver no nosso modelo um dos mais eficientes, inclusivos e eficazes do mundo, entretanto, conforme já acima relatado, experimentamos o amargor do descaso com o cuidado às pessoas, patrocinado pelo negacionismo e estupidez desse governo neofascista e ignorante. Os índices que conseguimos nas campanhas vacinais eram cada vez mais efetivos e a cada campanha o desafio era alcançar o número máximo de efetividade, 95% era alcance costumeiro. Porém, hoje escorregamos em pífos 30 a 40%, isso com as prorrogações intermináveis, dado o desinteresse das famílias pela imunização. Antes tínhamos o Zé Gotinha como propagandista do bem, passamos a ter o “presidente da República” o fazendo propaganda contra a vacina, claramente de forma criminoso, e isso está inviabilizando essa linha de cuidado tão importante e eficaz, haja vista, que temos disponível na vacina em torno de + de 80% de proteção às doenças, chamadas de agravos preveníveis por imunização.

O Ministério da Saúde deve realizar uma extensa e pragmática campanha de conscientização sobre a vacina, de forma a resgatar os valores até então sedimentados, com alcance e massificação nas escolas, ambientes públicos e nos meios de comunicação;

Incluir a obrigatoriedade da vacina nos programas sociais, nas matrículas escolares públicas, nas renovações de documentos, vistos de passaporte, nas entradas ao país, tanto nos aeroportos como em estradas e portos;

Tornar determinação a exigência do documento de vacinação no provimento de cargos públicos, etc.

ORGANIZADORES

Professora ANA CÉLIA de Oliveira Paz, Doutora em Ciências da Educação, Consultora da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Roraima (UNDIME/RR), Membro do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Arlen Silva Teles, Bacharel em Gestão Territorial Indígena/UFRR, Filiado ao Partido Verde/PV, Indígena Wapichana) da Região da Serra da Lua, da Comunidade Tabalascada.

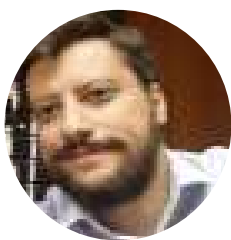


Carlos Roberto Bezerra CALHEIROS, Anistiado Político, Engenheiro Civil, presidiu o CREA-RR, foi Diretor de Obras da Prefeitura e do Governo Estadual de Roraima, Professor do Instituto Federal de Roraima/IFRR, filiado ao Partido dos Trabalhadores.

FÁBIO Gonçalves de ALMEIDA, graduado em História, Especialista em Gestão Ambiental, foi Candidato ao Governo de Roraima 2018 e 2022, militante do PSOL e do MNU, integrante do coletivo de sustentação da Resistir Produções, canal de comunicação popular de Roraima.

FERNANDO Bruno de Souza, Delegado de Polícia Civil no Estado de Roraima, Especialista em Direito Penal e Processo Penal, atuou como Delegado Coordenador da Polícia Judiciária do Dep. da Força Nacional de Segurança Pública/DFNSP, Coordenador do Setorial Estadual de Segurança Pública do PT/RR

GLÓRIA Rodrigues, Assistente social, membro do Movimento União de Negros pela Igualdade (Unegro) e da Rede Amazônia Negra, filiada ao partido REDE Sustentabilidade, candidata a Deputada Estadual na eleição de 2018.



José DA GUIA Marques, Antropólogo, Membro da Rede Amazônia Negra, realizou pesquisas que produziram 16 laudos antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos, visando a demarcação e a titulação de seus territórios, é filiado ao Partido dos Trabalhadores.

Maria Aparecida de MEDEIROS, professora inativa do IFRR, Engenheira Eletricista e Tecnóloga em Design Gráfico, Mestre em Engenharia Elétrica, Especialista em Educação Profissionalizante de Jovens e Adultos, foi candidata a Dep. Estadual pelo Partido dos Trabalhadores em 2022.

NAMIS Levino da Silva Filho, Graduado em Odontologia, Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ, Gestor em Saúde Pública nas três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal), foi candidato a Dep. Estadual pelo Partido dos Trabalhadores em 2022.

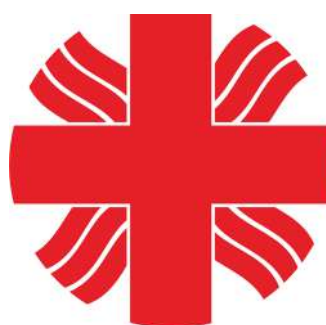
RUDSON Leite da Silva, é Senador Suplente do senador Telmário Mota, Presidente do Partido Verde (PV) em Roraima, foi candidato ao Governo do Estado de Roraima pela Federação PT/PCdoB/PV.



Samuel Nelson Albuquerque da Silva, há 33 anos servidor na Fundação Nacional de Saúde/MS (em extinção), sem filiação partidária, mas simpático ao PT e PSOL, e à corrente Democracia Socialista. Gestor em várias instituições, dentre elas: Ceam/AM, Fesp/MS, Funasa/MS, SEMSA-Boa Vista RR, SMS-Caracarai/RR, Dsei Yanomami/SESAI/MS.

Professor Sivaldo Souza Silva, Ex-Pró-Reitor do IFRR, Consultor Econômico-Financeiro, Consultor Ambiental, Especialista em Comércio Exterior, Mestre em Tecnologias Ambientais e Doutorando em Engenharia, foi candidato a Deputado Federal pelo PT em 2018 e 2022

APOIO



CÁRITAS
DIOCESANA
RORAIMA



ASSINAM ESTA CARTA

NOME	PARTIDO/ENTIDADE
Ana Célia de Oliveira Paz	Professora, Membro Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
Adnelson Jat	Professor, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do IFRR, Mestre em Ciência da Educação e Graduado em Matemática.
Alaine Andrade de Moraes	Professora, Mestrado em Engenharia de Produção, Graduada em Pedagogia, Graduada em Administração com habilitação em Sistemas de Informações, foi chefe de Gabinete da Reitoria do IFRR.
Alberto Chirone.	Formado em Sociologia na Università degli Studi di Roma "La Sapienza, Integra as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ABEFC (Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara) e ACD (Auditoria Cidadã da Dívida), filiado ao PT.
Amarildo Silva Lima	Militante de esquerda, filiado ao PT.
Ananias Noronha Filho	Professor, Diretor de Ensino do Campus CBV/IFRR, Doutor em Políticas Públicas, Especialista e Graduado em Enfermagem, com experiência em Gestão de Serviços de Saúde.
Antonio de Souza Nascimento	Cientista Social e Secretário Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores
Arlen Silva Teles	Bacharel em Gestão Territorial Indígena pela UFRR, filiado ao Partido Verde /PV.
Carlos Roberto Bezerra Calheiros	Anistiado Político, Professor do IFRR, filiado ao PT.
Cedric txé Nandeva Barrozo Gicquel	Militante de esquerda, atua na área de trânsito, transporte e mobilidade urbana.
Claudina Miranda e Silva	Professora, Professora do Campus Novo Paraíso/IFRR, Mestrado na linha de pesquisa em Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade, Graduada em Língua Portuguesa e Literatura.
Edlauva Oliveira dos Santos	Professora, Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Professora e Orientadora do Programa Residência Pedagógica (PRP) na UFRR, Membro do Comitê Estadual em Defesa da Escola Pública de Roraima.
Edivaldo Nascimento Silva	Professor da Rede Pública Municipal e Estadual, proprietário do Edivas Buffet, filiado ao PT.

NOME	PARTIDO/ENTIDADE
Eliane Silva de Oliveira	Formada em Direito com Pós Graduação em Gestão Pública e Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ambas pelo IFRR; Coordenadora Estadual do Instituto EcoVida; Conselheira Estadual e Municipal de Saúde, Conselheira Estadual e Municipal do Conselho das Cidades. Integrante do Diretório Estadual e Nacional do Partido Socialista Brasileiro/PSB
Eugenia Glaucy Moura Rebelo	Médica Ginecologista e Obstetra, atua na área de saúde em Roraima.
Fábio Gonçalves de Almeida	Foi Candidato ao Governo de Roraima pela Federação PSOL/REDE em 2022.
Fernando Bruno de Souza	Delegado de Policia e estudante de Antropologia, filiado ao PT.
Francisco de Paula Brito	Historiador, Arqueólogo e Professor do Curso de História da UFRR, filiado ao PT.
George Dinelly Oliveira	Estudante de Medicina, Agente Etnoambiental. Participa da Frente de Proteção Yanomami/ Yekuana/FUNAI.
Geomar Vilela	Direção Nacional do MST em Roraima
Glória Rodrigues	Assistente Social, filiada a REDE Sustentabilidade e, membro da Rede Amazônia Negra.
Johnson Araujo Pereira	Advogado, Assessor Jurídico da DINLEPE/SEAD/Gov.RR, Candidato a Dep. Federal em 2018 e Vereador em 2020, ambos pelo PSB. Foi Tesoureiro do Partido Comunista Brasileiro. e Vice-Presidente do Partido Socialista Brasileiro.
José da Guia Marques	Antropólogo, Membro da Rede Amazônia Negra, e filiado ao PT.
Lincoln Costa Valença	Professor e Coordenador da Saúde, Pesquisador e Autor do tema Saúde na Fronteira, Mestre em Ciências da Saúde - UFRR. Militante do SUS.
Maria Aparecida de Medeiros	Professora do IFRR aposentada, Engenheira Eletricista e Designer Gráfico, candidata a Deputada Estadual em 2022 pelo PT.
Maria Gerlania	Direção Nacional do MST em Roraima
Marilene da Silva de Oliveira	Secretaria de Mobilização Movimento Social/CUT/RR, do Sindicato dos Urbanitários, Secretaria Agrária Municipal do PT.
Namis Levino da Silva Filho	Cirurgião Dentista, servidor público, candidato a Deputado Estadual em 2022 pelo PT.
Paulo Pereira Mota	Padre, com formação em Filosofia e Teologia, Especialização em Comunicação Social, candidato a DEp. Estadual em 2022 pelo MDB.
Paulo Alberto Soares	Professor do IFRR, Especialista na área de Energia Solar, foi candidato a Deputado Estadual pelo PT em 2018

NOME	PARTIDO/ENTIDADE
Pedro Pereira de Oliveira (Pedro Relojoeiro)	Relojoeiro, foi candidato a Deputado Estadual pelo PT em 2022.
Priscilla Torres	Jornalista e filiada ao Partido dos Trabalhadores.
Rejane Messias de Oliveira Carvalho (Profa. Regy Carvalho)	Professora, Neuropsicopedagoga, militante e ativista social, filiada ao Partido dos Trabalhadores e Candidata a Deputada Estadual em 2022.
Roberto Ramos Santos	Professor da UFRR, Doutor em Ciências Sociais, ex-Reitor da UFRR, foi candidato a Deputado Estadual em 2022, a Deputado Federal em 2014 e a Prefeito em 2016 pelo PT.
Romildo Nicolau Alves	Professor, Pró-Reitor de Pesquisa do IFRR, Pós-Doutor, Doutor em Tecnologias Nucleares, Mestre em Solos e Nutrição de Plantas e Graduado em Ciências Agrárias.
Roseli Bernardo Silva dos Santos	Professora, Pró-Reitora de Extensão do IFRR, Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Ciências da Educação Superior, Graduada em Geografia, Graduada em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.
Rudson Leite da Silva	Senador Suplente, filiado ao PV, foi candidato ao Governo de Roraima em 2022 pela Federação PT/PV/PCdoB
Samuel Nelson Albuquerque da Silva	Servidor concursado da Fundação Nacional de Saúde/MS (em extinção), sem filiação partidária, mas simpático ao PT e PSOL, e à corrente Democracia Socialista.
Silas Cabral de Araújo Franco	Professor e Advogado militante de esquerda desde 1987 em Roraima.
Silvestre Barros Vieira	Mestre de Capoeira, há 28 anos a frente como Coordenador Sstadual do Grupo Capoeira Angola Guerreiro de Palmares/RR, Servidor Público e filiado ao Partindo dos Trabalhadores.
Sivaldo Souza Silva	Professor do IFRR, matemático e foi candidato a Deputado Federal em 2018 e 2022 pelo PT.
Vilani Beserra Marques	Filiada desde maio de 1986 ao PT e aposentada da Universidade Federal de Roraima.